

# Uma Visão da Atualidade Mundial, Reflexos no Brasil e na sua Defesa Militar

Carlos de Meira Mattos \*

Resumo: Apreciação sobre os novos padrões da política mundial resultantes dos atentados de 11 de setembro de 2001 a Nova York e Washington, com ênfase no surgimento do neoterrorismo e seus reflexos para o Brasil e sua defesa.<sup>1</sup>

Palavras-chave: Neoterrorismo, Amazônia, dissuasão.

**A**pós os atentados de 11 de setembro último a Nova York e Washington, os padrões da política mundial mudaram completamente. Os sistemas de controle da política e da economia e os sistemas de defesa considerados invulneráveis mostraram-se frágeis e superados. O próprio Secretário de Estado dos Estados Unidos, General Collin Powell, declarou que “iniciamos um nova conjuntura mundial, terminou o período pós-Guerra Fria”.

Qual o motivo de tamanha transformação da estrutura que parecia assegurar relativa normalidade ao cenário mundial? A nosso ver, foi a inacreditável associação de três fatores: o extraordinário avanço da tec-

nologia, gerando instrumentos capazes de realizar agressões demolidoras ou tragédias biológicas ou químicas a grandes distâncias; a existência de grupos fanatizados por idéias radicais de destruição, dispostos ao suicídio numa falsa interpretação de missão sagrada; e, finalmente, disporem esses grupos radicais de recursos financeiros para montar operações de longa preparação e elevado custo.

A convergência destes três fatores permitiu a realização dos mencionados atentados e ameaçam os Estados Unidos e seus aliados de novas investidas terroristas. O terrorismo sempre existiu, mas estava inserido no rol das criminalidades. Os atentados perpetrados contra as torres do *World Trade Center* e o Pentágono, por sua dimensão catastrófica e pelos milhares de vítimas humanas, inocentes, que causaram, surpreendeu e abalou os mais sólidos con-

\* General-de-Divisão. Sócio emérito do IGHMB.

1 Comunicação apresentada em 23 de dezembro, como participante, em nome do IGHMB, do painel *A Problemática das Forças Armadas no Século XXI*, na EsAO, no ensejo do encerramento dos cursos dessa Escola em 2001.



ceitos de segurança política e militar até então vigorantes entre as potências e alcançaram o terrorismo ao nível do poder político e militar.

O poder político (nele incluído o militar), em síntese, é caracterizado pela capacidade de impor a sua vontade ao antagonista. A ciência política, até hoje, considerava como poderes o político, o econômico, o militar, o psicossocial e o técnico-científico. A partir de agora terá que incluir nesse rol o neoterrorismo, que provou sua capacidade de impor sua vontade à mais poderosa potência mundial. O abalo na estrutura e na normalidade do universo provocado pelos últimos atentados neoterroristas e a sensação de insegurança gerada por seu caráter fugaz atingiram em proporção maior ou menor a todos os países, com reflexos alarmantes na economia mundial. É mais uma prova de que a globalização é um fenômeno inevitável, fruto dos avanços da tecnologia, particularmente nos campos das comunicações instantâneas, dos transportes, das informações, da eletrônica e da missilística.

Não podemos negar e nem escapar da globalização. A virtude política está em reconhecer os seus efeitos benéficos e os maléficos; associarmos-nos aos primeiros e evitarmos os segundos.

O moderno terrorismo é um poder maligno alimentado pelo impulso animalesco, primitivo, de destruição humana. É covarde, porque não dá à vítima nenhuma possibilidade de defesa. Representa uma regressão da humanidade de vários milênios, através dos quais o homem das cavernas veio, pouco a pouco, se civilizando, se espiritualizando, se humanizando. Esse progresso

do espírito humano consolidou-se há mais de mil anos passados, quando o Cristianismo defendeu o princípio do “amai o próximo como a ti mesmo”, princípio aceito por todas as civilizações. Esse ódio brutal e assassino revelado agora pelos talibãs representa uma volta ao primitivismo selvagem. E o fazem em nome de Alá, o Deus do Islã, religião que, no seu apogeu, conviveu no mundo com outros povos e outras crenças, produziu grandes sábios, destacados cientistas, astrônomos, geógrafos e descobridores, e que os fanáticos fundamentalistas de hoje interpretam como desumana, numa versão de atraso, condenando à morte seus infiéis.

Diz o ditado popular que “não há mal que sempre dure”. Talvez, um efeito benéfico dessa hedionda tragédia praticada pelos terroristas seja obrigar os 7 Grandes, que criaram e comandam a chamada Nova Ordem estabelecendo os padrões de comportamento para a política e a economia mundiais, a repensarem seus critérios e imposições ao restante do universo, o que vem suscitando crescente sensação de injustiça, rejeição e exclusão entre os povos emergentes e os pobres. Uma nova política mundial mais solidária e mais humanitária terá um efeito benéfico para todos os povos.

Vários autores têm preferido denominar esta guerra neoterrorista de guerra assimétrica, caracterizando a extrema desigualdade, desproporção e disparidade de armas e de meios e instrumentos de agressão utilizados pelos contendores.

Os atentados terroristas de 11 de setembro representam atos hediondos, monstruosos, desumanos, assassinando cerca de cin-



co mil civis inocentes, apanhados de surpresa, em nome de uma vingança contra injustiças sociais e políticas e de uma intolerância religiosa. A humanidade civilizada do século XXI não comporta tamanha atrocidade. Os Estados Unidos tiveram a solidariedade de todos os países civilizados. Todos esqueceram as querelas, as rivalidades, os antagonismos políticos e econômicos que poderiam ter com os norte-americanos diante da monstruosidade da agressão que a todos pode vir a afetar, e indiretamente já afetou.

Sejam quais forem as causas de rejeições, exclusões ou injustiças sociais que tenham sido praticadas pelos países ricos e poderosos, hoje liderados pelos Estados Unidos, nada disso justifica a barbaridade da agressão sofrida por milhares de pessoas inocentes, surpreendidas e massacradas impiedosamente nos seus pacíficos locais de trabalho.

Os atentados terroristas levantaram uma enorme polêmica internacional sobre a estratégia para combater a terrível ameaça que continua presente. Houve discussão de várias ações estratégicas, duras ou não. O Governo da nação agredida, apoiado integralmente pelo Primeiro-Ministro inglês, Tony Blair, traçou a sua estratégia: expulsar do Afeganistão os talibãs e a organização terrorista Al Qaeda, aliados do principal responsável pela agressão, e negociar, através da ONU, a instalação em Cabul de um governo de união das principais tribos e etnias locais.

Ocupados a capital e os centros mais importantes do país, segue-se a perseguição tenaz a Bin Laden e seus aliados, fora-

gidos nas elevadas e multidobradas montanhas da cadeia Indo Kouchi, prolongamento oeste do sistema da cordilheira do Himalaia. Aproveitou-se o governo de Washington da existência, no país, de uma organização guerrilheira antitalibã, denominada Aliança Norte; fortaleceu essa força local, assessorou-a militarmente, coordenou os bombardeios aéreos em apoio aos avanços destes guerrilheiros locais que, virtualmente, hoje dominam quase todo o território, com exceção das montanhas Indo Kouchi, e já instalaram no governo o antigo Presidente Rabbani, deposto há cerca de cinco anos pelos talibãs. Tenta a ONU negociar a constituição de um governo que pacifique o país, uma vez que um governo exclusivo da Aliança Norte é contestado por inúmeras tribos e etnias locais. A guerra no Afeganistão dominado pelos talibãs dá sinais de que está no fim, restando a derrota dos guerrilheiros foragidos nas cavernas das montanhas do Indo Kouchi.

Os governos norte-americano e inglês vêm evitando envolver efetivos maiores em operações terrestres, atuando através de assessores e pequenos grupos de forças especiais em operações do tipo "comando". Os bombardeios aéreos têm sido violentos.

Consideramos as operações no Afeganistão a primeira parte da guerra contra o terrorismo. A segunda fase, que conta com o apoio da maioria dos países (inclusive os dois antes considerados principais adversários dos Estados Unidos, a Rússia e a China) será a eliminação dos diversos focos do terrorismo espalhados no planeta por meio da pressão diplomática ou, se necessário, militar, sobre os governos que os abrigam.



Em síntese, o que se apresenta hoje no mundo é uma nova dimensão do terrorismo, elevado ao nível de Poder Político, capaz de abalar a segurança e a estrutura do sistema de poder até então existente. Movido por minorias enlouquecidas pelo fanatismo, com insólita capacidade de agressão e de ameaças, despida de qualquer respeito por princípios éticos e morais que consagram o multimilênar processo civilizatório da humanidade, o neoterrorismo representa um terrível malefício para a paz e harmonia da sociedade mundial.

Vejam, agora, os reflexos do neoterrorismo em nosso país.

Antes, faremos um rápido repasse na nossa realidade geopolítica.

Somos um país imenso (4º, em extensão territorial, no planeta) e habitado por uma população numerosa (5º, em quantidade, no planeta). Nação jovem, população miscigenada dinâmica, vocacionada para o progresso, dispondo dos mais variados e amplos recursos naturais, muitos ainda inexplorados, dispõe de todas as condições geopolíticas para vir a formar entre as mais ricas e prósperas nações do planeta.

Só nos falta impulsionar o desenvolvimento econômico e social para educar e enriquecer o nosso povo, explorar os nossos recursos naturais e fortalecer a nossa presença na economia mundial. Temos prova de como uma ação bem-planejada e dirigida por firme vontade política pode ser capaz de impulsionar a arrancada para o desenvolvimento social e econômico em prazo médio. Vamos nos utilizar da palavra do renomado economista Mário Simonsen. Revelou Simonsen na revista

*Exame*, abril de 1997, os seguintes dados: “Em 20 anos de esforço continuado do Plano de Desenvolvimento, de 1964 a 1984, a economia brasileira deu um salto extraordinário; apresentou os seguintes índices de crescimento: passamos da posição 48ª para a de 8ª economia do mundo; passamos de uma exportação de 1,5 bilhões para 27 bilhões de dólares; conseguimos um crescimento médio de 6,6% ao ano.” Hoje, a promessa mais otimista é de um crescimento nacional de 3% ao ano.

Para chegarmos a grande potência, conforme já visualizaram notáveis escritores, economistas e políticos internacionais, tais como Stefan Zweig, Ray Cline e Henry Kissinger, teremos que retomar o ritmo de nosso desenvolvimento econômico e social estancado em 1985. Para que isto se torne possível, daqui para diante precisamos, além de possuir governos dotados de competência e férrea vontade política, desfrutarmos de uma situação internacional de estabilidade financeira e de expansão comercial.

O clima de ameaças implantado pelo terrorismo internacional é gerador de inquietações políticas e de imprevisível instabilidade econômica, de repercussão incontrolável, altamente prejudicial ao processo de desenvolvimento econômico e social que devemos retomar o quanto antes. Como tal, nossa política internacional deve ser a de apoio às medidas e ações destinadas a combater e extirpar o perigo das ameaças terroristas. Interessa-nos que essas medidas e ações sejam tomadas sob a égide da ONU.

Nossa diplomacia deverá manter-se extremamente alerta.



Não é de se esperar que sejamos vítimas diretas de agressões terroristas de maior amplitude; entretanto, já estamos sendo prejudicados pelos efeitos indiretos provocados pelo abalo da economia mundial. As repercussões psicológicas e econômicas sobre a população, as empresas e a economia geral já estão nos castigando.

O Governo brasileiro assumiu duas atitudes diplomáticas principais diante dos atentados terroristas: manifestou imediata solidariedade aos Estados Unidos, face à bárbara agressão sofrida, e apoio à política de luta global contra o terrorismo; propôs e viu aprovada a convocação do Tratado Interamericano de Defesa (TIAR), a fim de que as medidas e ações de combate ao terrorismo sejam tomadas no âmbito coletivo das nações pan-americanas e não em caráter particular.

Perduram suspeitas de que haja um núcleo terrorista de conspiração árabe-islâmica na região fronteira de Foz do Iguaçu conectada com as cidades vizinhas, Ciudad del Este (paraguaiense) e Iguazu (argentina). Essa suspeita está sob severa investigação, mas nada ainda a confirma.

Trataremos, agora, dos reflexos da guerra terrorista sobre os fundamentos da Defesa Nacional.

Destacaremos, nessa nossa apreciação, apenas os aspectos militares de nossa Defesa. Vejamos, pois, em síntese, como está estruturada a Defesa Militar brasileira.

Nossa estrutura militar atual interpreta uma Estratégia Defensiva. Vivemos em paz com os dez países sul-americanos nossos vizinhos fronteiriços. Não sofremos nenhuma ameaça em nossa fronteira marítima e

em nosso espaço aéreo. Não existe nenhuma ameaça clara à nossa integridade territorial. Existe, velada mas insistente e crescente, uma ameaça sobre a nossa soberania amazônica. Inúmeras Organizações Não Governamentais (ONGs), sediadas em países europeus e nos Estados Unidos, reivindicam, em nome de um internacionalismo moderno, o direito de intromissão em nosso espaço amazônico, defendendo o conceito de interesse da humanidade. Há apoio não-oficializado de autoridades governamentais de países poderosos e da imprensa internacional a essas teses internacionalistas. Alegam que o Brasil não possui condições de explorar o seu imenso espaço amazônico e que permite a sua deterioração em prejuízo do meio ambiente vital para o planeta.

Nossa atitude militar defensiva, face à nossa expressão geopolítica (território, população, recursos naturais, industrialização, economia), não pode ser de uma defensiva passiva. Deve possuir as características de constante vigilância, alerta e mobilidade para atuar prontamente em possíveis áreas ameaçadas. Assim, além de uma Marinha de Guerra e uma Força Aérea aptas a atender às missões de defesa territorial e de transportes, o Exército ocupa o território com um dispositivo que deve atender às seguintes missões: vigilância e cobertura das fronteiras terrestres, presença da União em todos os estados e territórios federais e manutenção de uma reserva móvel para atender às missões eventuais a longa distância, em particular nas fronteiras.

A ameaça presente à nossa soberania é a pressão internacional de intromissão na



Amazônia, sob o pretexto de preservação de área do interesse da humanidade. Essa pressão cresce de ano para ano. Nossa defesa preventiva deve assentar-se em intensa e competente ação diplomática e na demonstração inequívoca e permanente de disposição militar de defender a soberania territorial na Amazônia. Para isso, a Estratégia de Dissuasão deve ser adotada, a fim de convencer previamente os possíveis inimigos, ONGs ou Estados, que a violação de nossa soberania territorial na Amazônia representará o alto custo de uma guerra longa, em terreno de natureza hostil, com elevado sacrifício em vidas e vultoso custo financeiro. Os especialistas na Estratégia de Dissuasão insistem em que ela só será efetiva e convincente se demonstrar, permanentemente, férrea vontade de lutar e a existência de meios militares capazes de combater tenazmente. Temos procurado montar na Amazônia um dispositivo dissuasivo, mas não podemos ignorar que uma força de dissuasão efetiva precisa contar com uma logística própria, nacional; não poderá depender de suprimentos de indústria estrangeira, que nessa hora crítica nos faltarão. Cabe-nos, com urgência, mobilizar a indústria nacional, para que nos assegure a indispensável autonomia estratégica para as possíveis operações de uma força de dissuasão.

No quadro de nossas missões militares atuais, não nos parece que tenhamos maiores necessidades de efetivos; entretanto, nossa grande carência é o acompanhamento da moderna tecnologia militar. Um grande esforço precisa ser feito na pesquisa tecnológica, na modernização dos equipamentos e no incentivo a uma indústria bélica, capaz de

satisfazer e, no mínimo, de sustentar a credibilidade em nossa estratégia de dissuasão. Urge pensarmos em criar uma logística nacional que atenda às necessidades essenciais de modernização das três Forças Armadas.

Repetimos: não nos parece que possamos estar ameaçados diretamente de uma agressão terrorista de maiores proporções; entretanto, devemos redobrar a vigilância em nosso território e nos mantermos em ligação com a rede de informações contra o terrorismo. Será uma missão de inteligência que exigirá muita competência e meios modernos de captação de informações.

Dos efeitos indiretos do terrorismo (recessão econômica mundial, limitações no comércio exterior, instabilidade nos contratos de trabalho, aumento do desemprego, inquietação social) já estamos sendo vítimas, e somente deles nos livraremos quando for extirpado o perigo. Os economistas internacionais avaliam que os efeitos econômicos e psicológicos dos atentados de 11 de setembro foram tão graves que serão necessários, depois da eliminação da ameaça, no mínimo seis meses para a economia mundial voltar ao normal.

Nosso interesse de desenvolvimento econômico e social, indispensável ao fortalecimento de nosso poder militar, coloca-nos em posição de decidida cooperação na luta internacional de combate ao terrorismo.

Vivemos outras conjunturas de grandes incertezas; delas sempre saímos vitoriosos e com nosso território intocado, graças aos chefes da estirpe de Caxias, Osório, Mascarenhas de Moraes e Castello Branco. O Exército nunca faltou ao Brasil e não faltará.

